

Diretora executiva da FenaSaúde discutiu importância da saúde suplementar em tempos de covid

Em período de pandemia, ficou evidente o papel fundamental da saúde suplementar ao possibilitar tratamento adequado para milhões de pessoas quando elas precisam. São 47 milhões de beneficiários com cuidados garantidos ao mesmo tempo em que se desafoga o sistema público. As operadoras de seguro de saúde, inclusive, agiram eticamente, no sentido de cumprir bem uma função muito importante para a sociedade em momentos de risco.

“Atua eticamente quem cumpre o seu papel em relação à totalidade. Quem contribui para o funcionamento harmônico de um grande grupo. Quem age em busca do bem-estar da coletividade. A saúde suplementar tem um papel ético na sociedade, que se destacou em tempos de covid-19”, afirmou a diretora-executiva da FenaSaúde, Vera Valente, no webinar “Ética e integridade como ferramentas de acesso à saúde: o papel da saúde suplementar durante a pós-covid-19”, promovido pelo Instituto Ética Saúde (IES).

O esforço de combate à covid no Brasil se deu como uma parceria entre setor público e privado, salientou Vera: “O SUS tem feito brilhantemente sua parte no combate à covid. Mas essa eficiência do setor público foi possível também por conta do papel dos planos de saúde que atenderam seus beneficiários. Esforço comum em nome de uma coletividade”.

Atenta à questão da integridade, a FenaSaúde, inclusive, possui uma Comissão de Ética com objetivo de troca de experiências sobre como evitar desperdícios, considerando não só a falta de eficiência mas também as fraudes.

“Desperdícios são de fato uma questão ética que importa a todos: um estudo recente, feito pela plataforma de gestão de saúde DRG Brasil, com 1,8 milhão de diárias hospitalares de mais de 500 mil pacientes, mostrou, por exemplo, que quase 38% das internações poderiam ter sido evitadas. Um número impressionante”, afirmou a dirigente da FenaSaúde.

O desperdício no setor está na falta de coordenação, na falha no atendimento, no sobrepreço, na fraude e abuso, no tratamento desnecessário e na burocracia administrativa. “São questões que estamos atentos e buscamos criar mecanismos de minorá-las a cada dia, com ações de gestão e de integridade”, explicou Vera Valente.

As operadoras de planos de saúde não escolhem os procedimentos médico-hospitalares. Essa decisão cabe ao profissional de saúde. Mas, no final das contas, quem paga pelos desperdícios é o próprio contratante, seja pessoa física ou jurídica, que custeia o fundo mútuo administrado pela operadora, pois os custos assistenciais são repartidos entre todos os participantes.

“É importante mencionar que procedimentos desnecessários podem causar danos físicos e psicológicos aos pacientes. Uma intervenção cirúrgica desnecessária pode ser, inclusive, tipificada como ato criminoso por violar a integridade física da pessoa. Isso é absolutamente desnecessário”, afirmou a diretora executiva, que em sua fala também mostrou as implicações éticas de questões como projetos de lei, judicialização e incorporação de novas tecnologias.

Participaram do webinar o presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Rogério Scarabel; o presidente da Unidas Autogestão em Saúde, Anderson Mendes; e a vice-presidente do IES, Patrícia Braile. A moderação foi de Carlos Eduardo Gouvêa, relações institucionais do IES.

Fonte: FenaSaúde, em 23.09.2020